



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 04/2024

Data da Sessão Ordinária

13 de setembro de 2024

Início

20:30 horas

Termo

22:17 horas

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo trinta e oito, de vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e quatro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iria estar presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, sendo substituído pelo Senhor João Carlos da Conceição Pereira, Secretário da Junta de Freguesia. Também não iria estar presente a Senhora Vice-Presidente Maria Helena Soares Roxo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; - José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e João Carlos da Conceição Pereira em substituição de Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. Esteve presente para prestar esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, o Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Dr. Luís Reis, e, Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico à Assembleia Municipal, funcionários da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério; Segunda Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

H
O
M

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia vinte e oito de junho e treze de setembro de dois mil e vinte e quatro. - Seguidamente, apresentou a Ata número dois, de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro. Questionados os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma, não havendo correções significativas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a vinda a Constância da Senhora Ministra da Cultura. Pretendia saber qual a intenção e que assuntos tinham sido tratados naquela visita. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a visita tinha acontecido na sequência de uma audiência que tinha solicitado à Senhora Ministra e, na referida audiência, tinha-lhe endereçado um convite para se deslocar a Constância. A visita tinha tido três objetivos fundamentais: - As comemorações dos quinhentos (500) anos do nascimento de Luís Vaz de Camões e da sua ligação à Vila e ao Concelho; a necessidade de obras urgentes na Igreja Matriz e o alargamento do Cemitério de Constância e, uma visita à Casa Memória de Camões e ao Jardim Horto camoniano. -- Quanto ao primeiro ponto; comemorações dos quinhentos anos do nascimento do Poeta, tinha feito sentir à Senhora Ministra a importância de Constância poder/dever estar envolvida nas comemorações. Assunto que seria desenvolvido posteriormente, na visita à Casa Memória de Camões. -----

Quanto ao segundo ponto; local escolhido para o início da visita (Igreja Matriz de Constância), um imóvel fazendo parte do património histórico e cultural do Concelho, tinha sido sinalizado na ITI (Investimentos Territoriais Integrados), no Quadro Comunitário de Apoio que vigorará até dois mil e trinta (2030), para poder ser intervencionada ao nível da cobertura e da pintura exterior. A Senhora Ministra vinha acompanhada por uma vasta equipa, composta por elementos da Comissão designada para as comemorações dos quinhentos anos do nascimento de Camões e elementos do Instituto do Património cultural, entidade responsável pela análise e pareceres sobre as intervenções que se pretendiam fazer na Igreja. Também tinha chamado a atenção, para o alargamento que se pretendia fazer no cemitério de Constância e das dificuldades sentidas para o efeito, impeditivas até ao momento de levar por diante aquela urgente obra. -----

Tinha ficado bastante otimista com o que tinha ouvido naquela visita (Cemitério e Igreja), tendo a Senhora Ministra e a sua equipa, ficado inteirados dos processos, prometendo celeridade nos mesmos.-----

Quanto ao terceiro objetivo; a Senhora Ministra e restante comitiva tinham-se dirigido à Casa Memória de Camões, sendo recebidos pelo Presidente da Direção da Associação, Doutor Máximo Ferreira, que pormenorizadamente, tinha explicado todo o processo desde a sua fundação até ao momento atual. No entender da Associação, as suas pretensões para o futuro, passariam pela solicitação de apoio para um projeto, não apenas local, mas sim, nacional, que dotasse aquele espaço com recursos humanos, logísticos e financeiros, que lhe permitisse uma abertura permanente ao público, com a dignidade que o poeta merecia. -----

Para terminar, a Senhora Ministra e restante comitiva tinham-se dirigido ao Jardim Horto de Camões, onde numa breve visita, tinha sido possível observar aquele espaço assim como, o monumento a Camões, da autoria do Escultor Lagoa Henriques. Tinha sido mais uma vez mencionada a ligação de Constância ao poeta, materializada anualmente pelas Pomonas Camonianas. Em resumo; considerava aquela visita bastante produtiva e ficado com a firme convicção que a Senhora Ministra, pelas suas palavras, tudo faria para desbloquear os processos em análise. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar uma Recomendação ao executivo, relacionada com uma futura realocização da Agência da Caixa Geral de Depósitos de Constância. -----

Com a devida autorização passou à sua leitura. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação para discussão. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para discussão. -----

Questionados os Senhores Deputados Municipais se pretendiam intervir sobre a Recomendação, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que tinha sido apanhada de surpresa, aguardando pelos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para os devidos esclarecimentos sobre o assunto, este começou por referir que, por lhe ter sido solicitada, tinha tido uma reunião com os responsáveis pela Agência da Caixa Geral de Depósitos de Constância. Inicialmente tinha ficado bastante preocupado, julgando tratar-se do encerramento da mesma. Naquela reunião, tinha-lhe sido transmitido, que a Caixa Geral de Depósitos tinha definido como estratégia futura, desfazer-se de algum património tendo



em atenção a sua atual dimensão. Naquela perspetiva, pretendiam saber se existia algum espaço Municipal mais central e com melhores acessos, que lhes permitisse deslocalizar a atual agência. Foi-lhes referido que o único espaço que, na ótica do Município, reunia as condições mencionadas, seria o edifício do Espaço do Cidadão, após aqueles serviços transitarem para a futura Loja do Cidadão. Informou, que já tinham sido realizadas algumas visitas técnicas ao espaço, por elementos da Caixa Geral de Depósitos conjuntamente com a Divisão dos Serviços Técnicos do Município, tendo sido reconhecidas pelos representantes da Caixa Geral de Depósitos, as condições necessárias para uma futura localização da Agência. Sobre as condições em que uma possível cedência viesse a acontecer, nada tinha sido analisado, nem havia nada de concreto. Quanto à Recomendação em análise, concordava com ela e tudo faria para defender os interesses da população. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que não tinha entendido que a possível realocação da Agência da Caixa Geral de Depósitos seria para o Espaço do Cidadão. Pelo equívoco pedia desculpa, e solicitava que fosse feita a emenda na Recomendação, de: “Loja do Cidadão” para “Espaço do Cidadão”. Mantinham a Recomendação com a devida alteração, no entanto, algumas das preocupações mantinham-se, nomeadamente, o exíguo espaço e a quantidade de pessoal no atendimento ao público. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Fica a constituir **(ANEXO I)** desta Ata e dela faz parte integrante. -----

O Senhor Presidente Assembleia Municipal questionou as diferentes Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção neste período da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, ultimamente, tinham ocorrido várias roturas nas condutas de água na localidade de Portela - Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Tinha chegado ao seu conhecimento que, recentemente, se tinha deslocado ao local uma equipa técnica para análise da situação. Pretendia saber qual o ponto de situação atual e, se existia por parte da Câmara Municipal, a intenção de contratarem mais algum canalizador. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por confirmar a referida visita técnica e como resultado, tinha sido proposto por esta, uma solução que passaria pela instalação de um conjunto de válvulas redutoras de pressão, visando atenuar aquela situação de excesso de pressão em alguns locais. As condutas existentes naquele local



tinham cerca de trinta anos, exigindo uma urgente substituição, estando o executivo a estudar a situação, para logo que possível, avançar com a obra. Quanto à questão da contratação de mais um canalizador, a Câmara Municipal tinha atualmente um, no seu quadro de pessoal. A contratação de um segundo canalizador, implicaria uma alteração ao mapa de pessoal que seria discutida e analisada e, se fosse aquela a decisão do executivo, constaria no próximo Orçamento Municipal para dois mil e vinte e cinco. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que esta sua intervenção estava relacionada com a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal à questão anterior. Pretendia saber se o Senhor Aquilino (canalizador, empresário individual), tinha algum contrato de prestação de serviços com a Câmara Municipal, para o apoio que fosse necessário no âmbito da canalização de águas. Também pretendia ser esclarecida sobre a veracidade de que o problema das roturas de água atrás referidas, tinham sido um problema identificado há mais de um ano por uma equipa técnica, cuja recomendação apresentada na altura, passaria por uma substituição das válvulas de retenção. Pretendendo ser esclarecida sobre o assunto. -----

Voltou a tomar a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às últimas questões, apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Quanto à primeira questão, referiu que o Senhor Aquilino não tinha nenhuma Avença ou Contrato de prestação de serviços com a Câmara Municipal. Prestava aqueles serviços quando solicitado, pontualmente e, em serviços mais técnicos e de especial urgência. Quanto à questão das roturas de água no lugar da Portela, a solução encontrada pelos técnicos não era a substituição das válvulas de retenção, mas sim, a colocação de novas válvulas em locais a definir. Que fosse do seu conhecimento, não existia nenhuma informação com mais de um ano para a colocação de válvulas redutoras. A informação que tinha, era que na zona do Enxertal, tinha sido sugerida a substituição de válvulas no depósito de água, serviço concluído no presente ano de dois mil e vinte e quatro. A partir daquela intervenção/substituição é que se tinham começado a sentir aumentos de pressão nas condutas e as consequentes roturas de água. -----

Não havendo mais assuntos para este período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura do Edital e respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----

2. Apreciação e eventual aprovação do Projeto de Regulamento para a Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos nas Unidades de Saúde de Constância – Para deliberação;
3. Apreciação e eventual aprovação – Aquisição de eletricidade em Baixa Tensão Especial (BTE) para edifícios municipais – Proposta de autorização prévia para abertura do procedimento e de compromissos plurianuais – Para deliberação; -----
4. Apreciação e eventual aprovação da Proposta de política fiscal para 2025 – IMI, Derrama, IRS e TMDP – Para deliberação; -----
5. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
6. Outros assuntos de interesse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o Edital com a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém do público pretendia intervir. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o assunto já tinha sido explicado e bastante debatido na última Assembleia Municipal, tendo sido retirado para revisão. Feitas as alterações julgadas por convenientes, regressava novamente para nova apreciação e eventual aprovação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que, por não ter estado presente na última Assembleia Municipal onde o assunto já tinha sido debatido, basearia a sua intervenção no conhecimento que tinha da situação geral. Verificava, que os clínicos preferiam a



prestação de serviços, uma vez que as coisas estavam feitas para que assim fosse. Passando a explicar; quando um médico diferenciado ganhava mais do dobro por hora que um interno da formação específica, estava tudo dito. Muitos dos clínicos em prestação de serviços, exerciam-no como empresa, não em nome individual, uma vez que se tornava mais vantajoso. O que estava em análise, era um Regulamento para a candidatura de um médico, no entanto, por vezes, quem fazia o contrato com a ULS (Unidade Local de Saúde) era uma empresa, não um médico como empresário em nome individual que poderia ter um CAE (Código de Atividade Económica) ou até mais do que um. Em sua opinião, o contrato de prestação de serviços seria feito através de uma empresa que prestasse serviços médicos e o médico seria ressarcido através da empresa, tendo um salário definido ou, apresentando as suas próprias despesas. Tendo em conta o atrás referido, pretendia saber como seria feita a minuta da prestação de serviços. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, pretendendo fazer um enquadramento a nível fiscal que poderia responder a algumas dúvidas suscitadas na intervenção anterior. Tinha conhecimento de médicos que tinham criado a sua própria empresa, no entanto, se fosse da sua vontade, poderiam estar coletados como trabalhadores independentes, com um regime de contabilidade organizada, tendo as mesmas regalias que uma empresa e, equiparados a esta ao nível de IRC (Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos devidos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, do que tinha ouvido, se tratava de uma “não questão”. Naquele momento, o Município tinha um médico a prestar serviços na extensão de saúde de Santa Margarida da Coutada. O médico enviava para a Câmara Municipal as horas que tinha de serviço naquela extensão de saúde. A ULS validava as horas apresentadas, o médico passava o recibo e o Município fazia o pagamento. Não entendia qual o problema de ser um médico em nome individual ou uma empresa, uma vez que o procedimento seria sempre igual. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, caso o Regulamento em análise fosse aprovado, estaria a promover incentivos a pessoas individuais, mas também a empresas, devendo aquela situação estar contemplada. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que um Regulamento ou uma Lei, não conseguiam prever todas as situações. Se uma situação desviante viesse a acontecer, os serviços jurídicos do Município teriam que a analisar e verificar quais as soluções. Não seria certamente pelo facto de um impresso/recibo



passado pelo médico, não ter clarificado se era individual ou empresa, que o impedia de se candidatar à prestação do serviço. Por si, não via qualquer problema naquela questão. Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e treze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma Declaração de Voto, que fica a constar como (ANEXO II) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 – APRECIÇÃO – AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, como era do conhecimento de todos, aquele tipo de procedimentos tendo em conta os compromissos plurianuais e os valores dos mesmos, necessitava de uma autorização prévia da Assembleia Municipal para se dar início a um processo de contratação pública. - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto a Votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 4 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE POLITICA FISCAL PARA 2025 – IMI, DERRAMA, IRS E TMDT - PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que à semelhança de anos anteriores, na discussão estariam incluídos todos os itens (IMI, DERRAMA, IRS E DERRAMA), a votação seria feita separadamente. -----

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a política fiscal proposta para o ano de dois mil e vinte e cinco, seria idêntica ao ano anterior, ou seja: IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) 0,30% (zero virgula trinta por cento), com redução da taxa em função do número de dependentes que integrassem o agregado familiar; DERRAMA (Imposto sobre o lucro tributável das empresas) 1,5% (um virgula cinco por cento), para empresas que ultrapassassem no ano anterior, um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. Com um volume



de negócios que não ultrapassassem os valores anteriores, uma taxa de 0,01% (zero virgula zero um por cento); IRS (Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares) 5% (cinco por cento); TMDT (Taxa municipal de direito de passagem) 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou as taxas propostas de política fiscal para o ano de dois mil e vinte e cinco a votação em separado, tendo sido todas elas, aprovadas por unanimidade. -----

PONTO 5 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam algum esclarecimento sobre a informação em análise. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, solicitando ser esclarecido sobre os valores referidos no documento relativos à distribuição de refeições escolares. Os anos passavam e os valores não paravam de aumentar. Deveria ser normal, acompanhar o documento com o número de alunos e número de refeições servidas, justificativas dos valores apresentados. Em sua opinião, aquela informação estava em falta. Uma segunda questão, tinha a ver com um projeto de loteamento de iniciativa Municipal. Questionava se os valores apresentados no documento se referiam apenas aos projetos e qual a localização dos mesmos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para solicitar os seguintes esclarecimentos: - Estava mencionado no documento em análise, uma reunião com o Grupo Lena, cuja temática era a Avenida das Forças Armadas em Constância. Era seu entendimento, que aquela reunião teria servido para encontrarem soluções para os diversos constrangimentos visíveis naquela Avenida. Partindo do pressuposto que teria sido aquele o assunto, pretendia saber se a empresa iria assumir as necessárias correções ou, se era a Câmara Municipal a custear as mesmas. Verificava, que continuavam a acontecer aberturas de valas na referida Avenida das Forças Armadas, certamente para colocação de tubagens, pretendia saber o porquê daquela intervenção. Na informação relativa a “Seguros - Comunicação de Sinistros”, constava o pagamento da reparação de óculos a um munícipe, por “acidente” ocorrido na via pública, por irregularidades no pavimento. Era referido igualmente, danos numa viatura pelos mesmos motivos. Pretendia saber se as irregularidades no pavimento já tinham sido objeto de reparação, qual o local e o que é que tinha acontecido em concreto.



No capítulo da Ação Social, Saúde e Educação, num dos pontos, era referido “Coordenação e operacionalização do grupo de trabalho Constância Social e do Núcleo Executivo do CLASC”. Pretendia saber se o coordenador era a mesma pessoa ou, se eram pessoas diferentes. Também pretendia saber, se tinha havido algum aumento de processos em termos de REVI (Regime Especial de Vinculação e Integração) naquele período. Pretendia igualmente saber se, em relação ao Cartão Sénior, tinha acontecido algum aumento significativo de pedidos. Pretendia saber, se a Câmara Municipal tinha conhecimento do número de crianças que por norma almoçavam na escola. Por fim, pretendia saber, se o Grupo de Trabalho integrado nas atividades do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social), também era dirigido a outras atividades diferentes e, qual o público alvo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista. Relativamente aos projetos de iniciativa Municipal referidos no documento, tinha a ver com a ampliação da Zona Industrial de Montalvo, no terreno que o Município tinha adquirido a norte da empresa TECNIPEC. Quanto ao número de refeições escolares servidas, naquele momento não dispunha daquela informação, prometendo disponibiliza-la posteriormente. Quanto às diversas questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu o seguinte: - Da reunião com o Grupo Lena, o objetivo tinha sido para apresentação da situação e necessidade de algumas correções nas obras da Avenida das Forças Armadas. Não tinha obtido nenhuma resposta em concreto, uma vez que, tratando-se do mês de agosto, a empresa estaria praticamente parada por motivo de férias. Aguardava uma resposta para breve. Quanto à abertura de valas na zona baixa da Vila, destinavam-se à passagem de cabos elétricos, resultantes da necessidade de aumento de potência elétrica naquela zona. Inicialmente, a E-REDES pretendia instalar um novo PT (Posto de Transformação), tendo sido sugeridos diversos locais para o efeito. Como nenhuma das partes (E-REDES/Município) conseguiram chegar a acordo para a sua localização, a solução passou pela utilização dos dois transformadores existentes (Um junto à Ponte sobre o Rio Zêzere, outro junto à Churrasqueira Manu) e, a partir daqueles dois locais, reforçar com um aumento de potência a zona baixa da Vila. Um aumento significativo dos alojamentos e a futura loja do Cidadão, estavam na origem da necessidade de tal alteração. Explicou ainda, que nas obras já concretizadas na Avenida das Forças Armadas, já constavam tubagens para a passagem dos referidos cabos elétricos, o que

faltava e que estava na origem das novas valas, eram os percursos até aos referidos transformadores. Sobre os sinistros por irregularidades nos pavimentos; a situação dos óculos tinha acontecido na freguesia de Montalvo, motivada por queda de uma Senhora ao embater num ferro levantado numa tampa de saneamento. A situação tinha ficado resolvida de imediato pela Junta de Freguesia. Sobre a viatura danificada, tinha acontecido por uma irregularidade no piso, na estrada do campo, não estando ainda resolvida. Quanto às questões relacionadas com a Ação Social, não estando presente a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, responsável por aquele pelouro, as mesmas seriam enviadas posteriormente. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que no documento, no ponto relativo à Proteção Civil, podia ler-se, um apoio aos Municípios na elaboração de requerimentos para abate de sobreiros. Pretendia saber, qual o requisito para se proceder ao abate daquela espécie de árvores. Também era referido, um pagamento no âmbito do acordo de colaboração entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, no fornecimento elétrico da Seção de Santa Margarida da Coutada, no valor de 333,06€ (trezentos e trinta e três euros e seis cêntimos), no ponto imediatamente a seguir, com um texto exatamente igual, era referida nova importância com o valor de 368,00€ (trezentos e sessenta e oito euros). Pretendia saber se tinham sido pagas as duas importâncias ou, se era algum lapso. Também eram referidos dois pagamentos na aquisição de conteúdos para caixas de primeiros socorros, com pagamentos de 688,82€ (seiscentos e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos) e, 355,83€ (trezentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos), pretendia saber mais sobre o assunto, e a que se destinavam aquelas caixas de primeiros socorros. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão do abate de sobreiros; - Se fossem sobreiros secos ou a perigar a segurança pública e pertencentes ao Município, a autorização para o seu abate era tratada diretamente com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), se fossem sobreiros nas mesmas condições, mas pertencentes a particulares, tratando-se muitas vezes de proprietários idosos e com dificuldades no preenchimento dos impressos a submeter ao ICNF, a Proteção Civil do Município, através da Senhora Engenheira responsável, prestava-lhes quando solicitado, aquele apoio no preenchimento do requerimento e envio à entidade competente. Quanto à faturação da eletricidade na Seção dos Bombeiros de Santa Margarida, não tinha a certeza do que iria referir, no entanto,



deduzia que se tratava de pagamentos feitos no mesmo dia, para regularizações em atraso, resultantes da retenção a que tinham sido sujeitos, durante algum tempo os Bombeiros. Quanto às caixas de Primeiros Socorros, a Câmara Municipal adquiria anualmente aqueles materiais, ou em falta, ou perdas de validades, sedo normal que no mesmo dia fossem feitos pagamentos de faturas diferenciadas. Desconhecia como Presidente da Câmara, a lista de componentes constante em cada caixa de Primeiros Socorros. Sobre as suas localizações, sabia que uma delas tinha como destino a Praia Fluvial, sobre as restantes, não tinha ideia. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo os seguintes esclarecimentos: - Era referido na informação que, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) iria ser feita a requalificação da Escola Luís de Camões. Em algumas sessões da Assembleia Municipal anteriores, aquele assunto já tinha sido abordado. Pelo facto de agora aparecer na informação era motivo de satisfação. Também verificava a intenção de serem feitas intervenções com obras em equipamentos desportivos, assim como, na Igreja Matriz. Tinha-lhe causado alguma estranheza, não estar contemplada a Biblioteca Municipal. A questão concreta que pretendia fazer era a seguinte: qual o programa comunitário que contemplava aquelas obras e para quando estavam previstas. Assim como, o que é que estava previsto de concreto para a escola e qual o motivo de não ter sido incluída a Biblioteca Municipal. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da requalificação da Escola Secundária Luís de Camões, referindo que se tratava de uma intensão, não havendo nenhuma garantia naquele momento. O que que pretendia transmitir, era que o governo se preparava para lançar uma nova linha de apoio para a requalificação de escolas. Tinha sido aconselhado a dar início a um processo para obtenção de um projeto de execução, para em caso de abertura do respetivo aviso, o Município rapidamente se poder candidatar. Quanto à Igreja Matriz, aquela requalificação já fazia parte da ITI (Investimentos Territoriais Integrados), já com financiamento aprovado para a sua requalificação. Sobre os equipamentos desportivos, existia um aviso aberto, estando o Município a preparar a respetiva candidatura. Quanto à Biblioteca Municipal, existia a esperança que dentro da ITI pudesse haver alguma margem financeira para ser incluída. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----



PONTO 6 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia voltar ao assunto do Regulamento de incentivos aos médicos, porque tinha a perceção, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha entendido a intervenção da sua Bancada no momento da discussão do assunto, sentindo-se na obrigação de voltar a explicar aquela que tinha sido a cronologia dos acontecimentos. Salientou, que nunca tinha havido intenção da sua Bancada em obstaculizar a aprovação do Regulamento. Também ninguém da sua Bancada tinha mencionado falta de tempo para apresentar contributos, uma vez que a solicitação para os mesmos tinha sido divulgada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em cinco de agosto. Continuou a sua intervenção focando-se na cronologia dos acontecimentos, já mencionados na Declaração de voto da sua Bancada sobre o assunto, pelo que se omitiu aquela parte da sua intervenção. Terminou, manifestando a sua indignação pelo facto dos referidos contributos não terem sido objeto de inclusão no Regulamento. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o executivo não tinha ignorado os contributos enviados, apenas não os tinham contemplado. -----

Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique, referindo que pretendia saber se, as marcas no pavimento na Rua Annes de Oliveira, na Freguesia de Montalvo, tinham a ver com as obras previstas para aquela rua, se sim, para quando a execução das mesmas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar se o Município de Constância tinha a medida Radar Social (Medida integrada no PRR, que visa identificar e apoiar pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social, em risco de pobreza, exclusão social ou discriminação) e qual o ponto de situação, assim como, do projeto CLDS – 5G (Contratos Locais de Desenvolvimento Social). Se sim, se já tinham iniciado a atividade, assim como, as contratações de técnicos. Neste seguimento, pretendia saber se no Município já estava constituído o núcleo local para a garantia na infância. Também pretendia ser esclarecida sobre um vídeo recente, divulgado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o projeto INCLUIR (Projeto que abrange várias iniciativas, com o objetivo de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades) que, de acordo com o que tinha percebido, envolveria para além da Câmara Municipal, os Quatro Cantos do Cisne e o Agrupamento de Escolas. Era referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que iria ser contratado um técnico para apoio a crianças com necessidades de cuidados de saúde especiais. Não tinha percebido qual a área do técnico, assim como,



pretendia perceber quantos alunos com necessidades de saúde existiam na comunidade escolar do Concelho. Também pretendia saber, se a Câmara Municipal tinha conhecimento se a equipa de saúde escolar prestava algum tipo de atividade na comunidade escolar. --- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, referindo que estava tudo programado para que a intervenção na rua referida, tivesse início no próximo dia sete de outubro, tendo como objetivo, a repavimentação da via, a realocação das águas pluviais e as passadeiras sobre-elevadas. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, repetiu o que já tinha referido anteriormente sobre as questões de âmbito social. As questões que ficassem por responder, seria a Senhora Vereadora do Pelouro a dar os solicitados esclarecimentos. Uma vez que não estava presente, os faria chegar posteriormente por escrito. No respeitante ao Radar Social, estavam a decorrer naquele momento os processos de contratação de técnicos. Quanto ao projeto CLDS – 5G, o Município não tinha tido o anterior, nem tinha o atual, pelo facto de ser necessária uma instituição para assumir aquela responsabilidade e, no Concelho, nenhuma instituição se tinha mostrado disponível para a assumir. Sobre o projeto INCLUIR, era uma parceria entre a Câmara Municipal, os Quatro Cantos do Cisne e o Agrupamento de Escolas, visando dar resposta a uma necessidade de alunos que no período após aulas ou, nas interrupções letivas, precisassem de um acompanhamento mais próximo por um técnico. A solução tinha passado pela contratação de uma técnica que estava a trabalhar a meio tempo nos Quatro Cantos do Cisne e passaria a trabalhar a tempo inteiro para poder fazer o acompanhamento daquelas crianças. Não podia referir em concreto, quantos alunos estavam a necessitar daqueles cuidados de acompanhamento. Mesmo que se tratasse de apenas um, em sua opinião, aquele apoio teria que existir. Relativamente às questões de âmbito social não respondidas, solicitava que as mesmas fossem enviadas por escrito, para que a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, responsável por aquele pelouro, pudesse dar as devidas respostas. Quanto ao vídeo, não tinha total certeza, no entanto, julgava não se ter referido a crianças com necessidades de saúde, mas sim, crianças com necessidades especiais. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que a operadora de telecomunicações “NOS”, tinha invadido o Concelho com uma campanha de publicidade

comercial bastante agressiva, através de painéis. Pretendia saber, se tinham licença para ocupação da via pública. Se sim, qual o valor que o Município iria cobrar por aquela publicidade. -----

Em resposta a esta questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a referida operadora tinha licença para ocupação da via pública, cuja taxa paga não poderia precisar, mas andaria pelo valor de cerca de mil e quatrocentos euros. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que a sua intervenção se prendia com problemas na sinalização vertical de trânsito, na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Começou por dar como exemplos; um espelho na localidade de Malpique, vários sinais de trânsito a cair ou tapados com vegetação, ou até e na maior parte, a necessitarem de uma limpeza. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder àquela questão, agradecendo o reporte das deficiências na sinalização de trânsito mencionadas, sugerindo se fosse possível, e para uma maior celeridade no processo de reparação das deficiências mencionadas, que fizesse chegar à Câmara Municipal as localizações exatas e por escrito, das deficiências mencionadas. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

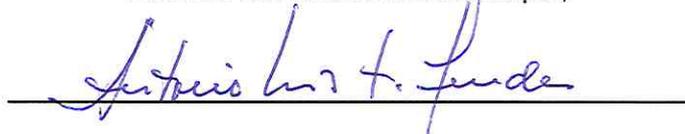
-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e dezassete minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,





Carla Silveira

MARIA TUSA BATISTAS

Assembleia Municipal de Constância

13 de setembro de 2024

Recomendação

Assunto: *Eventual realocização da Agência da Caixa Geral de Depósitos de Constância*

Considerando:

-o histórico de desmantelamento do banco público Caixa Geral de Depósitos, através do encerramento de balcões, despedimento de trabalhadores e redução de serviços prestados às populações;

-o conhecimento de situações verificadas no país e no distrito da alienação do seu património e realocização de Agências em locais exíguos, com apenas um funcionário e conseqüente diminuição dos serviços prestados como já aconteceu no concelho de Alpiarça, tendo os munícipes que se deslocar a Almeirim para efectuar algumas operações bancárias que anteriormente faziam em Alpiarça;

- a reunião realizada entre o Senhor Presidente da Câmara no passado dia 14 de Agosto sobre a realocização da agência da Caixa Geral de Depósitos para ^{o espaço} a Loja do Cidadão;

Os eleitos da CDU nesta Assembleia se por um lado não desaprovam essa realocização devido à melhoria na acessibilidade veem com muita preocupação

a possibilidade da redução dos serviços prestados e a automatização de ainda mais operações bancárias que dificultarão a vida numa área tão sensível aos nossos concidadãos mais idosos e que necessitam de atendimento presencial.

Assim, face os fundamentos anteriormente expostos, os eleitos da CDU recomendam ao senhor presidente que:

-dê uma atenção particular a este assunto;

-tome medidas junto do ministro da tutela com vista a melhorar os serviços prestados e a impedir que piores;

- que não aprove qualquer alteração que ponha em causa a diminuição e a qualidade dos serviços prestados pela CGD já por si insuficientes;

- a verificar-se a realocização da Agência da CGD para um espaço propriedade da Câmara Municipal seja cobrada uma renda compatível com o aluguer e custos associados.

Constância, 13 de setembro de 2024

Os eleitos da Assembleia Municipal de Constância

Júlia Amorim, Cármen Silva, Joaquim Santos,
M^a do Rosário Martins; Ângela Grilo

Júlia Amorim
Joaquim José Moura Marques dos Santos
Carmen Dolores Gomes da Silva
M^a do Rosário Martins
Ângela Grilo

DECLARAÇÃO DE VOTO



“Projeto de Regulamento para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Centro de Saúde de Constância/Extensões de Saúde de Santa Margarida da Coutada e de Montalvo”

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

Apesar de considerarmos que o regulamento agora recebido, é um novo documento, pois nada tem a ver com o anteriormente apresentado para análise e discussão na última assembleia Municipal. A nota justificativa foi totalmente alterada, assim como as considerações e artigos que continham lapsos e incorreções, nomeadamente na designação da unidade de saúde no concelho, razão pela qual foi retirado por unanimidade da ordem de trabalhos.

Relativamente à nova proposta de Regulamento para Atribuição de Incentivos à fixação de médicos, foi solicitado por email o envio de contributos até ao passado dia 03.09. A bancada da CDU ainda questionou se não haveria lapso na data, ao que foi confirmado que não. A 26 de agosto foi enviado os vários contributos, os quais não foram adicionados na nova proposta.

Pela análise cronológica, também é fácil concluir que praticamente seria quase impossível os contributos das bancadas constarem no novo documento, pois pediram o envio até dia 03 de Setembro e o documento foi levado a reunião do executivo para aprovação a 28 de agosto de 2024.

Os contributos enviados foram os seguinte:

1. “Projeto de Regulamento para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Centro de Saúde de Constância/Extensões de Saúde de Santa Margarida da Coutada e de Montalvo”. Tendo em conta que Constância dispõe de **Uma única** Unidade Funcional de saúde, constituída por um Centro de Saúde com sede em Constância e duas extensões de saúde sendo uma em cada freguesia, respetivamente Montalvo e Santa Margarida;

Sugeriu-se que quando se mencione Centro de Saúde de Constância e respetivas extensões de Saúde de Montalvo e Santa Margarida da Coutada .

2. No artigo 2º quando se refere “aplica -se aos médicos de medicina geral e familiar/indiferenciados que concorram ao preenchimento de vagas ...” e tendo em conta que na nota justificativa está mencionado “...encontrar soluções que defendam os interesses das nossas populações, assegurando o acesso das mesmas aos cuidados de saúde”.
 - a. Deixamos como preocupação: Será que ao contratar médicos indiferenciados, sem especialidade, sem qualquer formação específica em Cuidados de Saúde Primários (CSP), se estão a defender os cuidados de saúde para a nossa população? podem estes profissionais prestar os cuidados necessários á nossa população a nível grupos e/ou de situações vulnerabilidade? Saúde infantil, Saúde Materna, Planeamento familiar, rastreios, consulta de diabetes ou outro.
3. Tendo em conta que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a transferência de competências para as Câmaras Municipais, é a **nível do apoio a atividades que contribuam para a promoção da Saúde e prevenção de doenças**, bem como no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central. Consideramos que será uma mais valia para as nossas populações a criação de projetos e programas de promoção da saúde sendo desenvolvidos com base em diagnóstico de saúde e realizados em conjunto com as unidades de saúde locais.

[Handwritten signature]

Consideramos que esta Lei, veio transferir algumas competências para os Municípios, que poderão ser de extrema importância, no entanto, não dá cobertura legal para a criação e justificação dos incentivos que constam neste regulamento, pelo que os incentivos propostos não deveriam ter subjacente esta Lei, mas apresentar uma justificação para colmatar a falta de médicos e a carência de cuidados básicos de saúde no nosso concelho.

Relativamente ao artigo 5º (requisitos e condições de acesso) e ao artigo 10º (incentivos e periodicidade), não podemos aceitar a proposta de igual incentivo para um médico que se formou e obteve a sua especialidade em Medicina Geral e Familiar - tecnicamente mais capacitado e para um médico indiferenciado.

E também não concordamos que os incentivos não sejam dependentes do tempo de trabalho semanal dedicado à população do concelho de Constância.

A existirem, os incentivos deveriam ter escalões.

Caso contrário, está-se a promover o desprendimento do profissional médico e a indiferenciação destes.

Sabendo que este é um problema nacional preocupante, que deverá ser alvo de análise de forma a encontrar soluções e estratégias com medidas estruturantes que melhorem as condições de trabalho e os salários dos profissionais de saúde, que levem à captação e fixação de profissionais de saúde para o SNS, nomeadamente nos cuidados de saúde primários, com cuidados de proximidade às populações e não apenas premiar médicos, muito menos indiferenciados que não serão a solução dos problemas atuais.

É idealmente, os utentes serem atendidos nos CSP por profissionais qualificados para essas funções. Assim se conseguirá um atendimento custo-efetivo e uma redução no número de utentes que recorrem aos serviços de urgência. Numa situação aguda, os utentes devem ser atendidos diariamente nos CSP, ao invés de terem de recorrer ao Serviço de Urgência Hospitalar.

Pouco a pouco, transformaremos os CSP em apenas um conjunto de intervenções básicas de saúde destinadas às populações de baixo rendimento.

Estamos a promover a alteração do conceito dos cuidados de saúde primários.

Pelo exposto o nosso sentido de voto é abstenção.

Constância, 13 de Setembro de 2024

A Bancada da CDU na Assembleia Municipal

Júli Amozim
José Joaquim José Marques dos Santos
Carmen Dolores Gomes de Silva
Pedro José Ribeiro Poutinho
Angela Sofia Alves Ceilo